

A PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL E SEUS REFLEXOS SOCIOECONOMICOS NA CIDADE DE ICAPUÍ/CE

1. INTRODUÇÃO

O turismo, embora considerada uma atividade econômica voltada ao lazer, é também transformadora de espaços. Isso porque a dinâmica inerente das atividades turísticas podem causar impactos nos comportamentos sociais, na cultura, nas tradições (usos e costumes), nas estruturas socioeconômicas e até ambientais dos lugares considerados turísticos.

Contudo, ainda que ocorram transformações locais provocadas pela atividade turística, referido setor econômico é considerado como uma excelente estratégia para a promoção do desenvolvimento e geração de renda local pois, caso explorado de maneira adequada, pode vir a gerar diversos impactos positivos.

No Ceará, a importância do setor do turismo para a economia local é significativa. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação (CEARÁ, 2019), somente no ano de 2019, o estado recebeu aproximadamente 223 mil turistas em seus territórios, compensando o baixo desenvolvimento econômico do estado em outros setores da economia. Paralelamente a isso, lhe é embutido o potencial de gerar processos de inclusão social, imprimindo ações que buscam aliar crescimento, desenvolvimento e qualidade de vida ao se impor medidas que respeitam as peculiaridades dos espaços.

E, nesse contexto, surge o conceito de turismo sustentável que, como outras modalidades ou segmentos turísticos tais como ecoturismo, geoturismo, turismo rural, turismo de aventura, propõe uma alternativa menos impactante da atividade centrada na busca do desenvolvimento sustentável local, indo de encontro ao mais habitual modelo de exploração turística baseado predominantemente na lógica empresarial de obtenção de lucros.

Na cidade de Icapuí, localizada no litoral leste do Ceará, o governo do estado e a administração municipal implementaram ações e projetos voltados à promoção do turismo, sendo algumas com objetivos de cunho sustentável, em que se buscava primar pela preservação das características naturais da localidade por meio de políticas públicas que estimulavam as atividades turísticas.

Daí que o objetivo geral do trabalho buscou realizar um diagnóstico sobre os processos de implementação e execução da política local, face à gestão do turismo sustentável no município de Icapuí/CE, objetivando responder a seguinte questão: As ações e projetos implementados na cidade de Icapuí/CE tiveram planejamento balizado numa gestão socioambiental visando preservar o meio natural, a cultura local e ainda promover o turismo sustentável contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento local?

Ante a complexidade do tema, que envolve não apenas a necessidade de promoção de um turismo sustentável que se mostre viável e perfeitamente possível em diversas regiões do País, mas, a importância que o Estado tem em transformar realidades locais, alterando hábitos, paisagens, geografias, tradições e culturas, sob uma ótica atrelada exclusivamente ao crescimento econômico proveniente da atividade turística, sua justificativa encontra-se no incentivo à promoção de um turismo enquanto atividade com potencial de gerar riqueza atrelada à preservação de territórios e de suas populações, distribuição de renda e interação do homem com a natureza de maneira sustentável.

Por fim, visa contribuir com a geração de informações a respeito do tema turismo sustentável, abordando a visão de desenvolvimento do potencial turístico, o empreendedorismo e fortalecimento da base comunitária.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é um ensaio teórico, exploratório e analítico, de cunho qualitativo, que apresenta a evolução e as perspectivas de desenvolvimento do setor turístico no município de Icapuí/CE, mediante análise das políticas públicas que inter-relacionam turismo e sustentabilidade.

O delineamento territorial da pesquisa se dá na cidade de Icapuí/CE, localizada na divisa com o Estado do Rio Grande do Norte. A justificativa pela escolha da localidade foram seus aspectos socioeconômico. A cidade possui uma população estimada (2020) de 20.060 pessoas, o PIB per capita (2017) de R\$ 14.129, o percentual de receitas oriundas de fontes externas (2015) é de 62% do total, o IDHM (2010) é 0,616, segundo dados do IBGE.

Além disso, há ainda a relação da localidade com o setor turístico. Os atrativos turísticos do município de Icapuí revelam-se em sua variedade de paisagens naturais, cultura e história. As diversas configurações do litoral sugerem formas distintas de exploração, bem como proteção e recuperação ambiental, sendo, portanto, o turismo, uma relevante fonte de renda da localidade, devido as belezas naturais ao longo da extensa faixa litorânea que delinham o município.

A metodologia empregada foi de natureza bibliográfica, documental e netnográfica, para a realização dos embasamentos teóricos. Neste sentido, cumpre-nos esclarecer que no percurso metodológico e coleta e de análise de dados por meio da netnografia se perfaz como uma forma especializada de etnografia, que utiliza-se de comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias (SILVA, 2015)

Os dados referentes às ações governamentais de gestão municipal entre os anos de 2008 a 2020, foram coletadas a partir de sites, documentos, legislações e estudos publicados em eventos e periódicos, além da observação local, que compuseram a análise dos dados referentes à geografia, natureza, atrativos turísticos e dados sobre a economia por meio de acesso a documentos, artigos e estudos publicados em periódicos, em sites oficiais da prefeitura municipal de Icapuí, da secretaria de turismo e do meio ambiente do município de Icapuí e de órgãos estaduais do Ceará, do IBGE, do IPECE, de ONG's e OSCIP's que atuam na localidade, como Fundação Brasil Cidadão – Petrobrás, Fundação o Boticário, GDTur – Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí, Associação Caiçara de Formação Humana, Organizações Tremembé, instituto Terramar e Caiçara, Rede Cearense De Turismo Comunitário, Rede Tucum – Rede Cearense de turismo, Instituto Agropolos Ceará, e ainda, material acadêmico (livros, teses e dissertações) da Universidades Federal e Estadual do Ceará, sobre a temática e local da pesquisa, além das informações veiculadas na internet de fontes como conselho gestor, trade turístico local, entidades representativa de classe ou semelhante.

Para a análise dos documentos e dados procedeu-se com a técnica de análise documental (LÜDKE, ANDRÉ, 1986), realizado de forma sistemática, ordenada e intencional.

A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação. As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (CAMARA, 2013). E a seguir apresentamos uma revisão teórica dos temas relacionados a pesquisa, as categorias de análise.

3. O TURISMO E SUAS INTERFACES SÓCIO, ECONÔMICA E AMBIENTAL

O turismo apresenta-se hoje como um dos principais vetores de desenvolvimento econômico, relacionando-se com os níveis primários, secundários, terciários de produção e serviços. Apesar de bastante difundido na sociedade, para Fennel (2002), configura-se como

um conceito muito difícil de ser definido, pois qualquer definição superestima ou subestima a atividade.

A Primeira definição científica para o turismo é de 1911, quando o Economista austríaco Hermann Von Schullern conceituou Turismo como uma ação que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado país, estado ou município (SCHULLERN *in* BARRETO, 2008, p. 9). Com o passar do tempo as definições tornaram-se mais abrangentes onde estão enfatizadas ações não só quantitativas, mas também qualitativas da interação social deste setor com a comunidade visitada.

Em geral, os conceitos apresentam uma limitação de tempo e englobam algumas características em comum: o elemento humano (turista), o destino e as atividades econômicas características do turismo (LEIPER, 1982; MATHIELSON, WALL 1982 *apud* FENNEL, 2002).

Segundo Ignarra (2020), o turista pode ser definido como uma pessoa que viaja por prazer, por um período de, no mínimo uma noite e, no máximo, um ano para viagens internacionais e seis meses para nacionais, cujo envolvimento principal nos locais visitados não seja o envolvimento em atividades remuneradas, mas o lazer, o ócio, a contemplação, etc. Por sua vez, Ruschmann (1997, p.34) aponta que os impactos do turismo “são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores”.

O turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço, uma vez que necessita da existência de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os receptores locais, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz, gerando ainda diversos efeitos positivos na economia do país.

3.1 Turismo para crescimento econômico ou turismo para desenvolvimento?

O turismo pode ser um importante propulsor para a geração de renda e emprego e atrair novos investimentos. Nesse sentido estrito, estamos falando de usar os serviços prestados turísticos para atender aos clientes turistas, sem necessariamente um comprometimento com o local e os nativos.

Figura 1. Diferenças entre o turismo de massa e o turismo alternativo.

Características De Modelos Turísticos	
Turismo de Massa	Turismo Alternativo
Segmentos – Sol e Mar/ Eventos/ Religioso/ Negócios/ Monumentos e lugares famosos	- Segmentos – Ecoturismo/ Rural/ Cultural/ Comunitário/ Aventura/ Sustentável
Tipos Demandantes	
um turismo majoritariamente de classe média, de uma sociedade assalariada ligada à produção industrial, agencia de viagens-pacotes/grupos, ao comércio e ao funcionalismo público.	- Postura responsável e consciente; procuram o pouco explorado, gostam de conhecer e vivenciar o local como ele é e não um produto produzido.
fins de semana, férias e feriados.	- Atemporal, atual contrafluxo, intencional.
A cultura local é alterada para atender seus interesses.	- Buscam vivenciar a experiência local.
Grau de instrução médio/superior.	- Grau de instrução superior/pós-graduado.
Principais efeitos ou impactos	
Os impactos ambientais não podem ser mitigados.	- A capacidade de carga é mensurada e controlada.
O sistema econômico é dependente da atividade turística.	- O turismo é uma atividade complementar as atividades econômicas tradicionais.
Não há interesse pela maioria dos turistas em conhecer as pessoas, os aspectos culturais, a história e a biodiversidade local, apenas a autossatisfação.	- Preocupação com o meio ambiente, com informações sobre a natureza e interesse nas pessoas e nos aspectos sociais, culturais.
Alteração da paisagem, aglomeração de pessoas/ grupos grandes.	- Preservação da paisagem, personalizado/ diferenciado por pessoa ou família, pequenos grupos.
Cresce de forma desmensurada e desordenada, com os impactos ambientais e sociais, sem planejamento e controle, com expansão ordenada.	- Há planejamento das atividades e ambiente turístico, fiscalização e o rigor no controle é bem maior, melhor equipado, mais caro e mais restrito.
Fonte: dados da pesquisa, elaboração própria.	

David A. Fennel (2002) coloca que grande parte das atrações oferecidas pelo turismo de massa são criadas e transformadas para satisfazer as expectativas e demandas dos visitantes, tornando-as uma representação artificial e pouco autêntica. A maioria das críticas ao turismo de massa descreve-o como uma ilusão que destrói os lugares que são visitados; porque o espaço sociogeográfico é limitado e na maioria das vezes não comporta a capacidade de visitantes.

Pires (2002) cita como exemplos dos problemas gerados pela massificação do turismo: expropriação e ocupação violenta por parte das forças de agentes turísticos, especulação imobiliária da terra, expulsão e marginalização das populações locais, ruptura dos valores culturais e desequilíbrio da economia local, degradação de culturas tradicionais, manipulação da memória e da herança coletiva, violação de lugares sagrados, segregação étnica, formação de guetos turísticos, desvios de comportamento e prostituição infantil, comportamento insensível e grosseiro de turistas nos destinos estrangeiros, poluição e destruição do meio natural, imperialismo econômico de corporações transnacionais, neocolonialismo e evasão de divisas para o exterior.

Para Butler (1990) o turismo de massa ainda não foi rejeitado por duas razões: a primeira econômica, já que promove um considerável intercâmbio entre países; e, a segunda, sócio psicológica, já que muitos turistas gostam das vantagens do turismo de massa, como por exemplo, não procurarem hospedagem ao chegar ao destino, não precisarem aprender outros idiomas para desfrutar de bens e serviços, usufruírem de certo conforto e não serem obrigadas a gastar muito tempo ou dinheiro para alcançar seus objetivos. (BUTLER, 1990, p. 40, *in*, FENNEL 2002).

Em 1994, iniciou-se no Brasil o processo de construção de uma diretriz nacional para prática de turismo no país. Com isso, surgiu o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, que tem como um dos objetivos a maior participação dos municípios nas tomadas de decisões relativas ao turismo (PEREIRA, 1999).

Diante disso, instituiu-se a horizontalização das diretrizes e ações das políticas de turismo no País, tendo como atores os envolvidos no setor e ações na base dos municípios.

A atenção a atividade turística passou a se voltar para o atendimento das necessidades das comunidades, sendo elas chamadas a fazerem parte deste novo processo de desenvolvimento via turismo, devendo haver harmonia entre a população local e a turística (FERNANDES, 2011).

3.2 O turismo alternativo e/ou sustentável e o desenvolvimento econômico

Uma outra opção para o fomento do turismo é aquele voltado a gerar renda e emprego, melhoria na infraestrutura, mas planejado e pensado em benefícios de longo prazo para o local e a sociedade. Neste sentido, o Turismo Alternativo (TA), definido como sendo as formas de turismo que não se preocupam exclusivamente com a dimensão econômica, mas enfatizam a necessidade de um meio ambiente equilibrado e consideração com a população local (KRIPPENDORF, 1982). Esse enfoque coloca os recursos naturais e culturais no primeiro plano do desenvolvimento e do planejamento e, por esse motivo, pode ser entendido como um tipo de turismo sustentável.

Assim, o turismo alternativo não só apresenta-se como um turismo diferente, mas também como desejável, uma vez que além de mais benéfico as comunidades locais, satisfaz também a parte dos visitantes. O Turismo Alternativo é um termo genérico que engloba uma série de tipos de turismo (Turismo Ecológico, Turismo Ameno, Campestre, Cultural, Ecológico, rural, ecoturismo, geoturismo e outros).

Quando bem gerido e planejado com viés da sustentabilidade, esse tipo de turismo pode ser uma alternativa adequada de exploração e conservação dos recursos naturais dos

destinos selecionados, oferecendo experiências únicas e autênticas ao turista, proporcionando uma vivência real como novas culturas e ambientes, além de oferecer ao mercado oportunidades as iniciativas locais, valorizando a especialização em determinados segmentos, como o ecoturismo, por exemplo.

Fennel (2002) também ressalta que o turismo sustentável mal gerido pode não ser menos danoso ao meio ambiente que o turismo em massa. O autor ressalta que há poucos exemplos de gestão apropriada. Uma crítica ao turismo alternativo e sustentável feito por Fennel (2002) é o fato desse tipo de turismo servir de porta de entrada para o turismo de massa, como apontado por Krippendorf (1982).

Tais afirmações desvirtuam o Turismo Alternativo de suas principais justificativas de surgimento: a melhora de vida das populações locais, a redução dos impactos ambientais, a preservação da cultura tradicional e o desenvolvimento regional.

A OMT prevê um crescimento no mercado de turismo alternativo em torno de 5% até 2020, sendo o ecoturismo e o turismo de aventura os produtos de maior projeção e desenvolvimento, com taxa de crescimento de 7% ao ano (OMT, 2013). Esses números, aliados ao potencial eco turístico do Brasil, revelam uma grande oportunidade para a valoração das comunidades locais propostos pelo ecoturismo, porém também chamam a atenção de grandes empreendedores e a massificação do turismo.

3.3. A exploração turística de base comunitária e empreendedora

O turismo sustentável destaca-se por duas formas de exploração do turismo alternativo e baseado na sustentabilidade. São eles: exploração de base comunitária e de base empreendedora. A primeira é uma exploração endógena em que os próprios habitantes do local se organizam e fazem a gestão do território dos bens e serviços da atividade ecoturística. A segunda um grupo exógeno especializado em exploração turística é responsável por essa gestão. (COSTA, 2000; ARAÚJO, 2014; CARACRISTI E ALBUQUERQUE, 2015).

Pires (2002) ressalta que diversas iniciativas de caráter comunitário e ambientalista veem-se limitadas por falta de acesso a recursos e tecnologias que possibilitariam alcançá-la, ao passo que determinadas empresas e grupos investidores de grande porte, que muitas vezes não possuem nenhuma identificação com a região ou qualquer causa ambientalista, podem lançar mão desses recursos em seus empreendimentos ecoturísticos. O autor ao expor essas características demonstra que o ecoturismo de base comunitária tem um potencial de causar uma mudança social, enquanto o ecoturismo empreendedor apresenta uma preocupação mercadológica, mantendo essas relações sociais intactas.

O turismo de base comunitária se apresenta como contraponto ao turismo de massa, regido pela ética da sustentabilidade e da autonomia, construídas com a participação social, frente à lógica de mercado, da busca única pelo lucro (CARACRISTI E ALBUQUERQUE, 2015)

Coriolano (2003) ressalta que é de responsabilidade dos planejadores e gestores do turismo a proposição de políticas públicas que se concentrem na mobilização e participação social, e que se aproximem de um modelo mais equitativo social e prudente com a natureza de desenvolvimento. E assim, a promoção do turismo nestes locais seriam sustentáveis, ao se exigir, para além da preservação e conservação do meio natural para a exploração turística, a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios. (CORIOLANO, 2003).

A promoção do turismo em vias sustentáveis, ou turismo de base comunitária, busca relacionar as ações dos atores locais participantes enquanto empreendedores turísticos, contribuindo para o emparelhamento de interesses, pois as necessidades compartilhadas são melhores atendidas através de ações conjuntas e coletivas.

Neste sentido, a promoção de um desenvolvimento incluyente e sustentável, perpassa assim, pela inclusão via trabalho decente, se apoiado pelas autoridades e organizações, por meio da conscientização, valorização cultural, treinamento, formação, investimento em infraestrutura e regulamentos de uso e gestão dos recursos, promoverá o desenvolvimento humano e a sustentabilidade do trabalho ao longo do tempo, aglutinando os interesses dos residentes, das autoridades e dos turistas. (SACHS, 2003).

Este comportamento pode formar uma rede de empreendedores turísticos. Além da existência de um vínculo territorial, o qual gera necessidades e recursos compartilhados, o empreendedor turístico tem outros desafios, pois o turismo é experiencial e o consumidor está envolvido na produção e no consumo do produto. Este contexto conduziu a conceituar o empreendedor turístico como a pessoa que busca um diferencial competitivo na prestação do serviço turístico criando um negócio, e no caso do turismo sustentável, os recursos naturais garantem o diferencial, atrelada a cultura local. (KENSBOCK; JENNINGS, 2011).

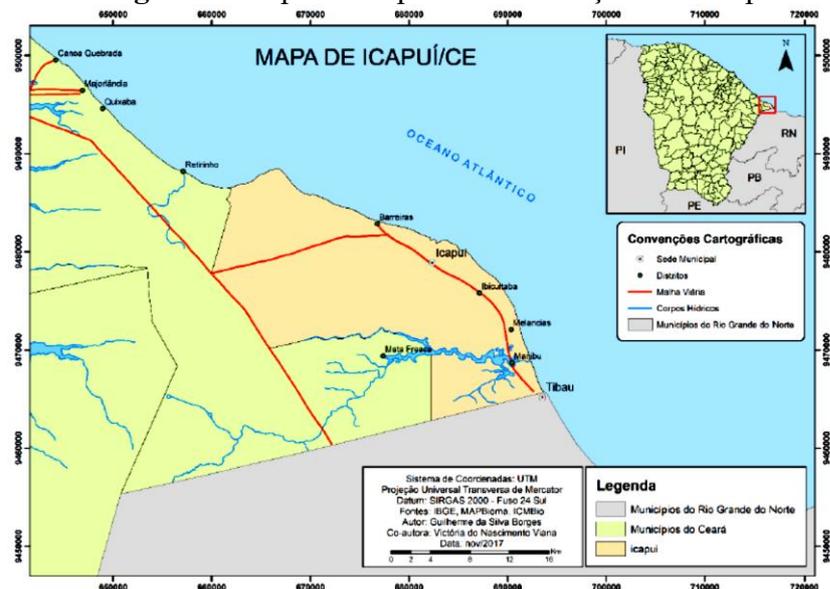
Vale ressaltar que a promoção do turismo sustentável ou alternativo em base comunitária é imprescindível à governança turística, definida pela Organização Mundial do Turismo como uma prática de governo suscetível de medição, orientada a dirigir eficientemente o setor turístico nos distintos níveis de gestão governamental, mediante formas de planejamento, coordenação e colaboração entre eles para realizar objetivos compartilhados pela rede de atores do setor, com fim de obter soluções e oportunidades baseadas em acordos sustentados em relações de interdependência e responsabilidades compartilhadas (OMT, 2010).

Em concreto, a governança turística representa a materialização de uma rede central que unifica várias redes cooperativas setoriais (CHIM-MIKI; BATISTA-CANINO; MEDINA-BRITO, 2016b).

4. DISCUSSÃO

O município de Icapuí/CE, possui aproximadamente 20.000 habitantes e está localizada no litoral leste do Ceará (na chamada Rota turística do Sol Nascente). Possui 64 km de litoral com praias calmas e ondas baixas, fazendo divisa com a cidade de Aracati e com o Estado do Rio Grande do Norte. As atividades econômicas da cidade de Icapuí, exercida pela maioria da população, são: pesca, artesanato, comércio, extrativismo.

Figura 2. Mapa de Icapuí e a localização de suas praias



Fonte: Borges, Viana e Ferreira (2017)

O turismo em Icapuí é uma atividade geradora de renda, seus atrativos principais ocorrem devido aos recursos naturais, do relevo das praias ao longo da extensa faixa litorânea, como as praias: Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Perobas, Picos, Barreira, Requenguela, Barra Grande, Quitérias, Tremembé, Melancias, Praia de Arrombado e Manibú. O turismo abre espaço de territorialidades produzidas por políticas de Estado, macropolíticas privadas, mas também pequenos grupos têm se destacado nas formas de organização territorial. (CARACRISTI e ALBUQUERQUE, 2015)

Quadro 1. Relação das atrações e pontos turísticos – Icapuí/CE.

Praias do Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Perobas, Picos, Barreira, Requenguela, Barra Grande, Quitérias, Tremembé, Melancias, Praia de Arrombado e Manibú
Mirante da Serra do Mar
Falésias
Passeio de Barco
Bar do Pirata
Mercado de Artesanato
Estação Ambiental e passarela do Mangue Pequeno
Museu da memória latino americano
Gruta de Nossa Senhora de Lourdes

Fonte: dados da pesquisa, elaboração própria.

Como pode ser visto no quadro 1 a maioria dos atrativos turístico são formados pelo capital natural da cidade, praias e relevo. Mas há construções que contam a história e preservam a cultura local.

Ainda, segundo dados do IBGE (2014), o povo icapuiense tem uma relação muito forte com a natureza e se mostram conscientes da preservação do meio natural como forma de obtenção de renda.

4.1 Que tipo de turismo tem sido realizado hoje em Icapuí/ CE ou no que ele pode se tornar?

Políticas sociais, territoriais ou alternativas são criadas por população residente com o intuito de atingir a gestão do território que realmente atenda as exigências e necessidades locais. Para consolidação de arranjo político, a organização e articulação comunitária são imprescindíveis, tendo em vista conflitos e contradições entre classes e estratégias políticas hegemônicas que incidem em diversos territórios. Ações comunitárias são garantia de proteção, preservação cultural, ambiental e fortalecimento de comunidades em territórios e possuem relação simbólica e identitária. (CORIOLANO e BARBOSA, 2011)

Como exposto por Carbogim (2013), a comunidade icapuiense possui uma forte inclinação para organização popular participando quase sempre de associações e grupos comunitários. Até mesmo atividades tão naturalmente potenciais como o turismo, precisam estar sempre dentro dos padrões de preservação e cuidados ambientais. Para isso um Conselho Municipal de Turismo foi criado para controlar, normatizar e fiscalizar as obras de impacto turístico (CARBOGIM, 2013).

Porém, assim como as praias de Canoa Quebrada (Aracati/CE), Cumbuco (Caucaia/CE) e Morro Branco (Beberibe/CE), em Icapuí suas praias sofrem com a falta de políticas e ações públicas de fiscalização, controle e investimentos para preservação e desenvolvimento, o que torna a atividade turística litorânea municipal sem visibilidade.

A inserção mal planejada do turismo na região trouxe bastantes impactos como, por exemplo, na pesca da lagosta, principal fonte de renda das famílias tradicionais que quase foi dizimada, devido a exploração e não fiscalização das autoridades. A dotação de infraestrutura que foi pensada para curto prazo quando de sua instalação e manutenção, não foi priorizada pelo poder público local (BRASIL, 2011)

Parte das terras a beira-mar da comunidade foi comprada por empreendedores europeus e por veranistas residentes no Rio Grande do Norte, sobretudo, vindos de Mossoró, o que gerou grande especulação imobiliária, fazendo com que os moradores fossem prejudicados pois contribuirão para expansão desse turismo desenfreado, onde sobressaem as atividades capitalistas (COSTA, 2010).

Exemplo disso está na construção de novos hotéis e pousadas que, sob o palio pretexto de geração de emprego e renda, acabam por contribuir com a deterioração natural em razão dessas construções, muitas vezes sem o devido respaldo técnico ou ambiental, como o que acontece nas comunidades de Barreiras, Peroba e Redonda.

Nessas localidades, como exemplo, foram realizadas obras de pavimentação da estrada que liga à sede do município a praias, facilitando e atraindo novas instalações de pousadas de proprietários externos a estas comunidades, como a pousada “*Oh Linda!*”, mas por estar situada na falésia que divide as praias de Peroba e Redonda, a erosão natural, junto com o avanço do mar, vem causando destruições, com prejuízos econômicos e ambientais. (COSTA, 2010).

As praias de Redonda e Tremembé são tidas como principais destinos turísticos do município, por possuírem os melhores hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Em Redonda, os moradores têm um modo de vida tradicional, resistindo a inserção do turismo globalizado. Já em Tremembé, encontra-se por um lado uma comunidade pesqueira (da Lagosta), e do outro encontram-se grandes empreendimentos de propriedade estrangeira. (COSTA, 2010)

A comunidade local resiste com sua cultura e modo de sobrevivência em contrapartida ao investimento de empresários externos a região.

Como política voltada a induzir o turismo de massa, em Tremembé, foram instalados quiosques na praia para o funcionamento de bares e restaurantes, a exemplo da padronização realizada em Redonda, seguindo os moldes dominantes de planejamento da atividade turística. Além disso, no início do século XXI, o poder público havia realizado a pavimentação do centro da comunidade e da estrada que liga a mesma ao resto do município. (COSTA, 2010).

No entanto, essa intervenção gerou impactos diversos, eis que gerou poluição e promoveu a atração de criminalidade a localidade, sem o devido aparelhamento policial.

Quadro 2. Eventos de promoção do Turismo Alternativo – Icapuí/CE

Eventos E Ações Para Promover O Turismo Sustentável e de base comunitária em Icapuí		
Festival da Lagosta	Agosto – desde 2006	Prefeitura e comunidade
Seminário – Destino Turismo Sustentável	Julho - 2019	GDTur; Sebrae
Guia de Bolso - Rede Cearense de Turismo Comunitário	2018, 2019 e 2020	Rede Tucum; Associação Caiçara de Formação Humana com apoio da PAT- Itália.
Semana Cultural e Aniversario da Cidade	Janeiro	Prefeitura
Acampamento Latino-Americano da Juventude	Novembro bianual – XIII - 2019	Prefeitura e Estado do Ceará, Sebrae, BNB

"Turismo Sustentável e Cidadania"	2010	Instituto Portal Messejana e Banco do Nordeste do Brasil
Feira de Turismo Sustentável	2018	Organização Não Governamental Associação Caiçara de Promoção Humana

Fonte: dados da pesquisa, elaboração própria.

4.2 Qual tipo de turismo potencial e iniciante tem Icapuí para um futuro próximo?

Os estudos de Costa (2010), Carbogim (2013) e Caracristi e Albuquerque (2015) demonstram que Icapuí tem os elementos fundantes e realizações para a inserção completa e padronizada do turismo comunitário em Icapuí, o que seria o ideal para que essa atividade econômica pudesse se desenvolver, reduzindo os impactos do turismo de massa, que começa a despontar, sazonal e predatoriamente, na região.

O turismo de base comunitária (TBC), pelo seu próprio conceito, exige um olhar humanizado e desconectado com essas alianças que só pretendem obter vantagens sobre o patrimônio natural de Icapuí, que introduziram na concepção de desenvolvimento a especulação financeira, a geração de grandes fontes de renda e de capital, investimentos que ultrapassam as reais necessidades das população tradicional para a acumulação e o enriquecimento de uns poucos empresários, na maioria “forasteiros”.

Conforme os textos e estudos citados, essas articulações empresariais não satisfazem, de um lado, as necessidades básicas das pessoas que, envolvidas no sistema, os sustenta. Não coloca o alimento na mesa dos moradores locais, não produz moradia, não oferta de saúde pública e educação adequada à demanda populacional, como também não assegura a sobrevivência de patrimônios naturais, recursos humanos, todas as fontes já comprometidas.

A exemplo da exploração de lagosta predatória, que esgotou a fonte de recurso para a sustentação da maioria dos pescadores em Icapuí e região, o turismo, da mesma não planejado, ou sem cooperação entre os empresários com a comunidade local, por exemplo, pode desencadear alterações internas devastadoras para as áreas que onde o turismo se desenvolve, dado que sem um projeto de planificação, pode-se gerar a escassez dos recursos naturais.

Mas, de toda sorte, a incidência de um pensamento de governança menos voltado para as bases econômicas e direcionado para dar longevidade aos recursos naturais e as populações sem resistência aos impactos do capitalismo são necessárias, o que origina o termo solidário, comunitário, local na junção das atividades econômicas, como é o caso do turismo. (CARACRISTI e ALBUQUERQUE, 2015)

O Turismo de base comunitária é uma forma sustentável de geração de renda para o município de Icapuí. Porém, para que ele seja uma alternativa viável, é necessário mensurar o grau de estabilidade que a atividade atinge. O uso de indicadores para o monitoramento da atividade turística se constitui em um instrumento essencial para o planejamento e gestão de suas atividades de modo que seja possível direcionar as ações para alcançar a sustentabilidade. (PINHEIRO, 2012).

Neste sentido, o quadro 3 elenca os principais projetos e ações sociais voltadas a promoção de uma consciência identitária local voltada a preservação da cultura, meio ambiente e hábitos locais.

Quadro 3. Principais projetos e ações em para conservação da natureza, cultura e desenvolvimento social e do turismo – Icapuí.

Projeto	Organização	Objetivo
Teia da Sustentabilidade	Fundação Brasil Cidadão - FBC	Educação ambiental, capacitação, alternativas econômicas sustentáveis, promoção do desenvolvimento sustentável e conservação da natureza
De olho na Água	EcoCentro IPC-Petrobrás e Fundação Brasil Cidadão	Conscientização de uso e fornecimento de água potável (cisternas) para a comunidade
Mulheres de corpo e água	FBC	Produção de alga marinha sustentável para alimentação e cosméticos
Abelha Jandaíra	FBC	Produção sustentável de mel e promoção da polinização natural
Grupo de Artefatos de coco	Fundação Boticário, Associação Caiçara, Associação Tremembé e Associação Comunitária de Morro Pintado. Fundação AVINA e Instituto Aliança/TEM	Reciclagem/artesanato/cultura local/geração de renda
Em cada casa uma estrela	Associação Caiçara de Promoção Humana e Associação de Tremembé, Trento - Itália. SEANC	Promover turismo solidário e o comunitário, capacitação para a gastronomia e hospitalidade
Esse mar é Meu	FBC e Fundação Boticário do Brasil	Promover o Planejamento e Gestão Ambiental - criação de um Sistema Municipal de Unidades de Conservação – integrado com as propostas de uso e ocupação do solo previstas em outros instrumentos (p.ex., Plano Diretor, Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro); Fomentar o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável, formação e treinamento para empreendedorismo sustentável
Projeto Peixe Vivo	FBPN – Fundação “O Boticário”; técnicos da SEDEMA e de jovens lideranças da comunidade (Agentes Ambientais)	Conscientização para a sustentabilidade, produção de mudas; Promover estudos, debates, reflexão e práticas sobre a importância da preservação ambiental. Sensibilizar a comunidade para uma prática correta destinação dos resíduos sólidos e da reciclagem. Realizar exposições e feiras de arte para divulgar trabalhos confeccionados, a arte e a cultura da comunidade.
Projeto de tecelagem com arte – TECEARTE	Teia da Sustentabilidade	Manusear os teares e fabricam peças artesanais como tapetes, bolsas, jogos americanos, introdução de corte, costura e pintura e outros
Turismo Sustentável e Cidadania	Instituto Portal Messejana e Banco do Nordeste do Brasil	Conscientização com a comunidade sobre a preservação ambiental nas praias da região;
Feira de Turismo Sustentável	Organização Não Governamental Associação Caiçara de Promoção Humana	Promoção e divulgação do turismo comunitário e sustentável

Fonte: dados da pesquisa, elaboração própria.

Ainda em relação ao turismo comunitário, projetos foram desenvolvidos em comunidades pesqueiras do município de Icapuí, apresentando propostas de enfrentamento ao avanço dos grandes empreendimentos turísticos no litoral. Foi criada uma proposta de hospedagem domiciliar apresentada pelo projeto “Em Cada Casa uma Estrela”, desenvolvida pela Fundação Brasil Cidadão, que fomentou a adequação ou mesmo a construção de cômodos

na residência dos pescadores das comunidades litorâneas icapuienses, sobretudo em Redonda e Ponta Grossa. (CARBOGIM, 2013).

Esse projeto teve início em 2002, formando especialistas em gastronomia e receptivos turísticos ambientais, filhas e filhos de pescadores e donos de pequenas pousadas e ou hospedaria domiciliar. Hoje, um indicador de resultado é a qualidade e o sabor dos alimentos servidos em restaurantes locais. O projeto se amplia a outras comunidades fortalecendo o turismo solidário e comunitário rural. (CARBOGIM, 2013).

Foi desenvolvido também o Plano de Ação Turística de Icapuí. Esse plano traz importante apanhado acerca das condições de desenvolvimento do turismo no município, além de propor medidas e ações para a mitigação ou prevenção de alguns problemas decorrentes da inserção da atividade turística. O modelo de gestão participativa gestado e desenvolvido em Icapuí por vinte anos também conferiu importante atrativo para que o turismo se intensificasse ali. (COSTA, 2010)

A Prefeitura Municipal de Icapuí, através da Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA) tem realizado ações com o objetivo de fomentar o crescimento econômico local, junto a empreendedores, principalmente os produtores rurais e os microempresários. As ações abrangem todos os setores da cadeia produtiva, relacionando as atividades de desenvolvimento às questões ambientais e a importância da preservação dos ecossistemas. Tais como cursos profissionalizantes, educação ambiental, programa de aquisição de alimentos (agricultura familiar), crédito rural, parcerias com órgãos estaduais de desenvolvimento, entre outros. Em relação ao turismo, podemos destacar o Festival da Lagosta que consolidou o município de Icapuí como o maior produtor cearense de crustáceo e que é o maior evento do município, o número de turistas aumenta nesse período e conseqüente traz renda para região. (SEDEMA, 2014).

Em 2001, o poder público, com a participação dos moradores, criou o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapuí – PDLSI, que envolve ações pautadas na preocupação com o meio ambiente e na busca de soluções para os problemas relacionados aos desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda de maneira sustentável, entre outros (SILVA, 2015)

O PDLSI configura-se como uma ação de longo prazo, que abrange desde a preocupação com a geração atual, como para as gerações futuras criando, o que demonstra uma mudança de atitude dos dirigentes que muitas vezes se preocupam apenas com a geração atual de empregos. O PDLSI tem como base a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável.

O Festival da Lagosta no mês de agosto se consolidou com um dos principais eventos turísticos da cidade, e passou a comercializar apenas lagostas certificadas, tomando como prioridade a proposta de sustentabilidade, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) assinou um acordo com o Centro Desenvolvimento e Pesca Sustentável (CeDePesca).

Segundo a organização do evento, o objetivo é atingir uma certificação internacional MSC para a pescaria de lagosta no Brasil, sendo iniciada no Estado do Ceará por representar o maior produtor. Nos últimos 10 anos o município de Icapuí- Ce sofreu inúmeras mudanças, e através do Perfil Básico Municipal é possível fazer um comparativo entre vários dados relevantes para se observar as mudanças ocorridas na região quanto as questões socioeconômicas e ambientais. (IPECE, 2015).

Por outro lado, a região tem que melhorar muito em relação às questões ambientais, pois afinal, a maior parte da sua renda vem dos recursos naturais. Os principais impactos ambientais observados em Icapuí são: perda de biodiversidade, efluentes domiciliares no solo

e na água, erosão das encostas das falésias, erosão costeira, soterramento das lagoas e áreas desmatadas.

Em frente disso, podemos destacar o projeto “De olho na água” da fundação Brasil Cidadão que busca combater esses impactos com várias ações. Foram plantadas mais de 50.000 mudas de manguezal em salinas abandonadas e áreas desmatadas- os sistemas ambientais amortecedores das consequências do aquecimento da terra. As ações em andamento estão voltadas para aumentar a produtividade pesqueira e proteger o litoral icapuiense contra efeitos progressivos da erosão costeira. (MEIRELES, SANTOS, 2012)

A Estação Ambiental Mangue Pequeno (EAMP) foi construída para realizar atividades voltadas para a educação ambiental e cidadã, monitoramento das aves migratórias e do peixe-boi marinho, recuperação, conservação e preservação dos ecossistemas marinhos e costeiro e pesquisa científica. É composta pelo Centro de Referência, Viveiros de mudas nativas, Passarela e Observatório Jacumã. São cotidianamente utilizados pela população icapuiense para realizar ações de melhoria da biodiversidade e da qualidade de vida comunitária. (MEIRELES, SANTOS, 2012)

O projeto “De olho na água” é responsável por fundamentar práticas direcionadas à melhoria ambiental, educacional, cultural e econômica da região. Ele também incentiva a prática do turismo sustentável, estimulando várias formas de como o turismo pode ser feito sem agredir o meio ambiente, como podemos observar no quadro 4 a seguir:

Quadro 4. Incentivo à prática de turismo sustentável

1.	Visitar Estação Ambiental Mangue Pequeno e viveiros de mudas.
2.	Conhecer as áreas de replantio de manguezal. Oportunidade para plantar mudas de manguezal e da floresta nativa (contribuir com as ações de melhoria da biodiversidade do habitat de aves migratórias e peixe-boi marinho).
3.	Caminhar pela passarela e participar da biodiversidade do ecossistema manguezal e da vida marinha, principalmente das áreas migratórias.
4.	Visitar o projeto Mulheres de Corpo e Alga e a cozinha experimental de produção de alimentos e cosméticos.
5.	Conhecer e vivenciar práticas comunitárias sustentáveis de cultivos de algas.
6.	Visitar as comunidades de Ponta Grossa e Retiro Grande, conhecer os projetos de saneamento e captação de água da chuva e provar das iguarias da cozinha tradicional. À continuação, visitar o Museu do pescador Josué e realizar, com os guias da comunidade, a trilha de Ponta Grossa, culminando com o pôr do sol mais bonito do Ceará.
7.	Conhecer as experiências de hortas e criação de abelhas sem ferrão realizadas pelos jovens das comunidades Córrego do Sal. Ali poderão vivenciar o cotidiano de uma comunidade singular, toda saneada com os canteiros biosséticos e cisternas, um fogão comunitário e uma comida deliciosa.
8.	Realizar trilhas nas falésias, dunas e mata de tabuleiro, vivenciando as diversas ações de replantio de mata nativa e de educação ambiental vinculadas à Estação Ambiental Mangue Pequeno.

Fonte: adaptado de Meirelles e Santos (2012)

Na praia de Requenguela, está localizado a Estação Ambiental, sendo conhecida por promover ações de educação ambiental vinculadas à Estação Ambiental Mangue Pequeno com apoio do projeto de “Olho na Água”. Essa estação foi desenvolvida com o apoio desse projeto

e patrocinada pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, no ano de 2008. Nessa Estação há uma trilha suspensa de 240 metros que atravessa o manguezal, que possui diversas placas ao longo da plataforma contendo informações acerca da fauna e flora existente na Estação. Em 2019 foi alvo de ataques criminosos, porém, encontra-se em processo de reconstrução.

Frente a isso, é possível considerar o desenvolvimento do turismo em Icapuí no caminho da sustentabilidade, pois tem tanto o protagonismo das comunidades litorâneas - Ponta Grossa, Redonda, Requenguela - como a valorização dos costumes, tradições e aspectos culturais dos lugares.

Essas comunidades se organizam em associações, cooperativas e sindicatos para assegurarem o ordenamento do território, como também para unir forças e tomarem ações conjuntas visando atender as necessidades locais, podendo citar como exemplos a Associação de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Ponta Grossa e a Associação Tremembé Onlus que atuam visando o desenvolvimento comunitário sustentável.

5. CONCLUSÃO

Como resultados foram identificados impactos negativos, como o aumento da especulação imobiliária, bem como a degradação do ecossistema manguezal, crescimento desordenado de moradias e estabelecimentos comerciais; e impactos positivos, a construção de um observatório sustentável, algumas obras de saneamento e infraestrutura, promoção cultural local (artesanato, gastronomia-festival da lagosta), representado pelo aumento na geração de renda e trabalho local.

Apesar de Icapuí possuir políticas públicas voltadas para o turismo, elas são poucas e ineficientes. Não há integração entre elas, o que diminui sua eficácia. Além disso, falta o projeto de lei para a criação do plano diretor do município, que é fundamental para a integração e o planejamento de políticas públicas.

Quanto à participação da população, percebe-se que tem sido constante ao longo do crescimento do turismo no município, seja através de associações de moradores ou de microempresários a partir de projetos voltados ao turismo comunitário, o que tem gerado impactos sobre o seu planejamento do turismo, percebendo-se a sua participação ativa das decisões do planejamento do turismo, respeitando, assim, um dos princípios do turismo comunitário.

Nas praias Tremembé e Ponta Grossa são adotadas práticas de turismo comunitário, que se tornaram referências nacionais, tendo, com um dos seus incentivadores, o projeto de “Olho na Água”, que tem contribuído para o desenvolvimento do turismo sustentável através da conscientização da população quanto às necessidades do meio ambiente.

Diante disso, conclui-se que o planejamento do turismo em Icapuí/CE tem sido parcialmente balizado numa gestão socioambiental do espaço e da sociedade, pois apesar de haver participação populacional, elas não possuem características sustentáveis e nem tem envolvido a maior parte dos agentes públicos e da sociedade do município.

Por isso, a falta da gestão do poder público em implementar medidas de incentivo ao turismo ambiental e ações de longo e médio prazos sustentáveis, capazes de preservar a natureza e incluir a sociedade na promoção do desenvolvimento local.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. F., & Ramos, M. C. P. (2014). *Desafios interculturais e educacionais para um turismo sustentável*. *Cenário Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 2(3), 89-105.

BARRETO, M. **Coleção Turismo. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 17ª Edição. São Paulo: Papirus Editora, 2008.

BORGES, G. S., VIANA, V. N., FERREIRA, M. C. A. **Zoneamento geoambiental da planície costeira de Icapuí/CE: uma análise através de produtos de sensoriamento remoto**. Simpósio Brasileiro de Geografia física aplicada. XVIII SBGFA. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2019. Disponível em: <http://www.editora.ufc.br/images/imagens/pdf/geografia-fisica-e-as-mudancas-globais/1697.pdf>. Acesso em set/2020.

BRASIL, E. P. Identidades e conflitos nas técnicas de pesca da lagosta em Icapuí-Ceará” In: Ipea, Code: **Anais do I Circuito de debates acadêmicos**, 2011.

CÂMARA, R. H., **Análise de conteúdo**: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>.

CARACRISTI, M. F., ALBUQUERQUE, J. C. Entre dois mundos: Turismo de base local na comunidade de Ponta Grossa- Icapuí- Ce. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 17, n. 3, p. 112-127, Dez. 2015, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 ©1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

CARGOBIM, M. L.V. (Org.) **Memória Viva De Icapuí**. 1ª Edição. Fundação Brasil Cidadão. 2013. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/600867/mem%C3%B3ria---museu-da-pessoa> >, Acesso em: 29/04/2016 e 05/08/2020.

CEARÁ. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO CEARÁ. <https://www.setur.ce.gov.br/2019/12/04/ceara-registra-maior-crescimento-do-pais-no-numero-de-passageiros-internacionais-ate-outubro/>. 2019. Acesso em set/2020.

CHIM-MIKI A. F., BATISTA-CANINO, R. M., MEDINA-BRITO, P. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, *Penedo*, vol. 6, n.2, p. 166-182, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>.

CHIM-MIKI, A. F. **Desarrollando un modelo de cooepetición turística: Una aplicación empírica en Brasil**. Tese de doutorado. Facultad de Turismo, Economía y Gestión, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, 2016.

CHIM-MIKI, A.F.; BATISTA-CANINO, R.M.; MEDINA-BRITO. **Coopetición en un destino turístico de frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: el caso Poloiguassu**. Revista Semestre Económico, In Press, 2016a.

CHIM-MIKI, A.F.; BATISTA-CANINO, R. M.; MEDINA-BRITO, PINO. **La Competitividad Nacional del Sector de Turismo: Una Comparación de la Medida Interna Vs la Medida Externa**. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, v. 9, n. 20, 2016b.

CORIOLOANO, L. N., BARBOSA, L. M. **Revista Geográfica de América Central Número Especial** EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-26. Disponível em: <http://revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1875/1779>. Acesso em: 30/04/2016.

CORIOLOANO, L. N. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e LIMA, Luiz Cruz (orgs). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

COSTA, C. R. Turismo, Produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí- CE. Fortaleza, 2010. **Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia)** – Pró- Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2010.

COSTA, P. C. P. *Resenha: - Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental* - (Swarbrooke, John - 2000). *Turismo em Análise*, 12(1), 2000. 106-111.

FERNANDES, I. P. **Planejamento e Organização do Turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, 35(4), 65-71. 1995.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do município de Icapuí- Ce. 2014**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230535&search=||infogr%El ficos:-hist%F3rico> . Acesso em 29/04/2016.

IPECE, 2015. **Perfil Básico Municipal de Icapuí**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2015/Icapui.pdf. Acesso em: 16/05/2016.

FENNEL, D. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

KENSBOCK, S.; JENNINGS, G. Pursuing: A grounded theory of tourism entrepreneurs' understanding and praxis of sustainable tourism. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 16, n. 5, p. 489–504, 2011. doi:10.1080/10941665.2011.597574.

KRIPPENDORF, J. **Towards new tourism policies: The importance of environmental and sociocultural factors**. *Tourism management*, 3(3), 1982. 135-148.

LEIPER, N. **The Framework of Tourism**. *Annals of Tourism Research*, 6(4): 390 -407. 1979.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. Harlow, Longman. 1982

MEIRELES, A. J., SANTOS, A. M. **Atlas de Icapuí**, 1ª edição, Icapuí Ce – 2012. Disponível em: http://www.deolhonaagua.org.br/site/livro_e_cartilha/atlas%20de%20icapui.pdf. Acesso em: 14/05/2016.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO –OMT. **Proyecto Gobernanza para el Sector Turístico – Informe Ejecutivo**. Madrid, 2010.

PEREIRA, C. A. S. 1999. **Políticas públicas no setor de turismo**. Revista Turismo em Análise. São Paulo: ECA-USP, v. 10, n. 2, p. 7-21.

PIRES, P. et al. **Turismo sustentável: Planejamento turístico e atividades acadêmicas na região sul do município de Balneário Camboriú**. Revista Turismo: Visão e Ação, v. 4, n. 9, p. 93-99, 2002.

PREFEITURA DE ICAPUÍ. **Histórico e curiosidades do município de Icapuí**. Disponível em: <https://icapui.ce.gov.br/omunicipio.php>, acessado em: abril de 2020.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. São Paulo: Editora Garamond, 2003.

SEDEMA, **Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Icapuí**, 2014. Disponível em: <http://www.educativafm102.com.br/index.php/noticias/294-conjunto-de-aco-es-promovem-o-desenvolvimento-economico-de-icapui>. Acesso em: 15/05/2016.

SILVA, S. de A. **Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático**. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v.38, n.2, p.339-342, Acessado em: 31/08/2020, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442015217>.

VAN DE MEENE RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus Editora, 1997.